

OBJETOS DA ESCOLA: MODERNIDADES QUE (IM)PORTAM!¹

SCHOOL OBJECTS: MESSAGES OF MODERNITY

Ana Paula de Souza Kincheski²

Gustavo Rugoni de Sousa³

Vera Lucia Gaspar da Silva⁴

Resumo:

No presente artigo intentamos refletir sobre diferentes modos de pensar e de fazer que ajudaram a edificar um projeto de escolarização da infância na segunda metade do século XIX. Entendemos a materialidade escolar como portadora de um projeto de modernidade. Foram consultadas como fontes “fallas” de presidentes da província catarinense, ofícios expedidos pela Diretoria de Instrução Pública com pedidos dos professores, e localizados textos em jornais publicados no período, cujos dados fornecem indícios sobre a circulação de argumentos em defesa de uma educação pública, moderna e obrigatória. Assim, entrecruzados os dados - “fallas” de governantes e de professores -, conseguem-se informações sobre um projeto de escolarização da infância. Pelos, os primeiros, a proposição de um ideal de escola e, pelos últimos, informações sobre aspectos do fazer escolar intermediados pela materialidade. Quanto a este último aspecto, trata-se de um conjunto de objetos solicitados por professores para compor salas de aula de escolas públicas primárias catarinenses no decorrer do período. Através deles, buscamos perceber as tensões entre os discursos em defesa de sua aquisição e os argumentos utilizados por parte da Diretoria de Instrução Pública para o atendimento ou não de demandas materiais dos docentes. Embora reconheçamos singularidades no contexto catarinense, identificamos pontos comuns que confirmam as análises em torno da existência de uma circulação internacional de ideias pedagógicas: a questão da necessidade de formação docente, a importância da definição de um método de ensino, a aprovação de leis da obrigatoriedade escolar, assim como a centralidade de questões relativas à infraestrutura e ao provimento material dos espaços educativos.

Palavras-chave: Cultura material escolar. Objetos da escola. Modernidade Pedagógica. Circulação de ideias pedagógicas.

¹ "Trabalho articulado ao Projeto de Pesquisa "Objetos para Consumo da Escola: O que dizem as Exposições Universais, os Museus Pedagógicos e as Leis da Obrigatoriedade Escolar" (UDESC/CNPq/FAPESC)."

² Doutoranda em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), mestra em Educação pela mesma universidade (2015); professora substituta na UDESC, atuando na graduação. Integrante do Grupo de Pesquisa Observatório de Práticas Escolares (OPE). Rua João Pio Duarte Silva, 1536, Apto. 303 Bloco B – Córrego Grande – 88037-001 – Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: anapaulakin@gmail.com.

³ Doutorando em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), mestre em Educação pela mesma universidade (2015); professor substituto na UDESC, atuando na graduação. Integrante do Grupo de Pesquisa Observatório de Práticas Escolares (OPE). Rua João Pio Duarte Silva, 1536, Apto. 303 Bloco B – Córrego Grande – 88037-001 – Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: gustavorugoni@gmail.com.

⁴ Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado realizado na mesma instituição. Professora titular da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), atua na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação (mestrado e doutorado). Integrante do Grupo de Pesquisa Observatório de Práticas Escolares (OPE). Bolsista do Produtividade em Pesquisa, do CNPq. Rua Lauro Linhares, 675, Bloco A – Apto 302 – Trindade – 88.036-001 – Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: vera.gaspar.udesc@gmail.com.

Abstract:

In the present article we intend to reflect on different ways of thinking and doing that helped to build a childhood schooling project in the second half of the nineteenth century. We understand school materiality as the bearer of a modernity project. as sources, We consulted *fallas* of presidents of the province of Santa Catarina, letters issued by the Board of Public Instruction with requests from teachers, and located texts in newspapers published in the period, whose data provide evidence on the circulation of arguments in defense of a public education, modern and mandatory. In this way, the data - *fallas* of rulers and teachers - yields information about a project of schooling of childhood. For the former, the proposition of a school ideal and, for the latter, information about aspects of schooling mediated by materiality. Regarding this last aspect, it is a set of objects requested by teachers to compose classrooms of primary public schools of Santa Catarina during the period. Through them, we seek to understand the tensions between the speeches in defense of their acquisition and the arguments used by the Board of Public Instruction to meet or not the material demands of teachers. Although we recognize singularities in the Santa Catarina context, we identify common points that confirm the analyzes around the existence of an international circulation of pedagogical ideas: the question of the need for teacher training, the importance of defining a teaching method, the approval of compulsory laws, as the centrality of issues related to infrastructure and material provision of educational spaces.

Keywords: Material school culture. School objects. Pedagogic modernity. Circulation of pedagogical ideas.

O passado é inacabado, no sentido de que o futuro o utiliza de inúmeras maneiras. Daí a possibilidade, e para nós exigência, de que cada geração reescreva a ou as histórias daqueles que a antecederam.

Clarice Nunes⁵

A análise de aspectos da instituição escolar apoiada na ideia de que a escola produz culturas e é por elas atravessada não é nova, mas, nos domínios da História da Educação, ganhou força renovada nas décadas finais do século passado e continua em pauta. Neste trabalho, fazemos um ajuste de lentes, privilegiando elementos teóricos da cultura material escolar, explorando um cenário que consideramos importante, na consolidação do projeto de escolarização da infância na segunda metade do século XIX.

⁵ 1990, p. 38.

Para tecer as reflexões, concentramo-nos no objetivo de refletir sobre o provimento material das escolas, analisando-o na perspectiva de portadores de um projeto de modernidade, o que explica também a escolha pela expressão “modernidades que (im)portam”, utilizada no título.

Nesse processo, entrecruzam-se dados perscrutados de um conjunto de fontes que trazem informações sobre um projeto de escolarização da infância através de “fallas”⁶ de governantes e professores; os primeiros, enunciando um ideal de escola, e os últimos, dissertando sobre aspectos do fazer escolar intermediados pela materialidade. Trata-se de um conjunto de objetos solicitados por professores para compor salas de aula de escolas públicas primárias catarinenses no decorrer do período oitocentista, através dos quais se busca perceber tensões entre discursos em torno da defesa de sua aquisição e argumentos utilizados por parte da Diretoria de Instrução Pública para o atendimento, ou não, de solicitações materiais dos docentes.

Considera-se aqui que a escrita de uma história da educação pressupõe a definição de um problema e que o contato com as fontes é fundamental nesse processo. Inspirados pelas palavras de Clarice Nunes (1990), compreendemos a necessidade de revisitar o que já foi escrito, no sentido de amparar nossos olhares na realização das investigações, uma vez que as experiências do tempo presente interferem na forma com que construímos discursos sobre o passado. Neste sentido, entendemos a escrita da história como um desafio permanente que exige dos pesquisadores um sentido aguçado e uma formação que lhes possibilite construir metodologias através das quais possam reconhecer pistas e indícios de representações de gerações anteriores.

Como já anunciado, dentre as diversas entradas possíveis para refletir sobre a escolarização da infância adotamos, como chave de análise, a perspectiva da cultura material escolar. Reconhecemos que os objetos escolares, bem como as relações estabelecidas em seu processo de idealização, fabricação e comercialização, têm permitido identificar elementos em torno da constituição da instrução pública, da obrigatoriedade escolar, da formação docente, da emergência de uma indústria, além da aquisição, dos usos e desusos de materiais. As produções na área já vêm demonstrando que a escolarização da infância foi institucionalizada a partir de diversos movimentos, interesses e debates. Em meio a tensões e contradições, a materialidade compôs esse

⁶ Por fazer referência ao termo comumente utilizado para nomear documentos que registram discursos proferidos por presidentes da Província de Santa Catharina para a Assembleia Legislativa Provincial, optamos por utilizar a expressão “falla”, conforme se escrevia no período.

cenário, sendo considerada um dos itens de racionalização que atravessaram a constituição da escola.

Observa-se um interesse crescente na área da História da Educação em perceber relações entre a materialidade e a escolarização.⁷ A cultura material escolar, nas suas mais diferentes abordagens, vem contribuindo para refletir não apenas sobre as práticas escolares, mas também sobre as relações que estão em seu entorno. Nessa direção, Marcus Levy Bencostta (2013), tendo por referência algumas das produções já desenvolvidas, alerta sobre a importância de se ter cuidado para que as discussões não se prendam à descrição dos objetos anunciados em catálogos, listas e inventários, mas que também se investiguem os componentes subjetivos presentes nos artefatos, como, por exemplo, os contextos de sua produção e consumo. Nas palavras do autor:

A cultura material escolar é um construto histórico produto da experiência humana com usos que se modificam de acordo com os sentidos e significados que os diferentes contextos educacionais produzem. Por isso, também, sua investigação deve se preocupar com as resignificações e resegmentações, que não restrinja suas análises apenas à história do objeto material para fins escolares (LEVY BENCOSTTA, 2013, p. 31).

Por considerar que a cultura material está “enraizada na própria forma escolar de educação”, Rosa Fátima de Souza (2007, p. 174) destaca que essa noção não foi simplesmente construída por parte dos educadores, mas faz parte do cotidiano das instituições educativas. De uma literatura educacional que privilegiava o estudo dos materiais escolares para pensar nos processos de ensino-aprendizagem, a História da Educação, sob influência dos estudos da cultura escolar e da renovação da área devido à Nova História Cultural, passou a entender que os objetos possuem uma relação muito próxima com a produção de sentidos e representações. Argumentando a partir desse ponto de vista, a autora destaca também a necessidade de explorar uma quantidade expressiva de fontes, bem como de enriquecer as análises a partir de um aprimoramento conceitual e teórico para lidar com a cultura material escolar, tanto como fonte, quanto como perspectiva analítica.

⁷ A produção sobre a temática se tem ampliado significativamente; para o caso brasileiro, citamos como exemplo o recém-lançado livro “**Cultura Material Escolar em Perspectiva Histórica: escritas e possibilidades**”, organizado por Vera Lucia Gaspar da Silva, Gizele de Souza e César Augusto Castro, publicado pela Editora da Universidade Federal do Espírito Santo – EDUFES -, com selo da Sociedade Brasileira de História da Educação, integrando a Coleção Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil.

Ao refletir sobre o processo de instituição da escola, valemo-nos das ideias presentes em trabalhos organizados por António Nóvoa e Jürgen Schriewer (2000) a respeito da difusão mundial da escola e da circulação internacional de ideias pedagógicas entre o final do século XIX e início do século XX. A tese dos autores informa sobre um modelo escolar de referência que circulou e foi apropriado por diversas nações, nas quais, apesar das particularidades, o modelo guardou semelhanças com relação a currículo, formação docente, pedagogia, objetos e políticas prescritas para sua institucionalização. Nóvoa (2006), ao reconhecer a escola como uma construção histórica, ajuda a refletir na direção de que o modelo escolar legitimado e difundido internacionalmente foi uma das possibilidades, dentre tantas outras, que poderiam ter sido adotadas no processo de constituição dos Estados-Nação. Nessa perspectiva, é relevante compreender que a escola “não é fruto do acaso ou de um processo imprevisível” (NÓVOA, 2006, p. 197), uma vez que diferentes atores e instituições contribuíram para sua constituição, razão por que necessitam ser tomados como objeto de investigação:

Essa nova configuração possibilita uma circulação ímpar de ideias a respeito da organização social, estando estritamente orientada pela relação entre ordem e progresso, que passa a ter na formação da infância uma atenção redobrada, dada à necessidade de assegurar um adulto “enquadrado” num determinado projeto de sociedade (GASPAR da SILVA; VALLE, 2013, p. 304).

No processo de difusão mundial de ideias a respeito da escolarização da infância, as Exposições Universais tiveram um papel de destaque. Moysés Kuhlmann Júnior (2001) chama a atenção para esses eventos como espaços que alcançaram uma considerável repercussão em seu tempo e que, ao divulgarem diferentes projetos, expressaram ideias de progresso e de modelos educacionais, difundidos como signos de modernidade. Além de ser entendida como sustentáculo da civilização ocidental moderna, recaía sobre a escolarização das crianças a responsabilidade de ser “produtora do progresso e não uma consequência do desenvolvimento econômico e social” (KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 20).

Os estudos da historiadora Sandra Jatahy Pesavento (1997) também auxiliam na percepção do caráter universal de tais exposições. Estudiosa do tema, a autora destaca uma variedade de categorias de itens expostos e a participação de um número elevado de nações. Considerados por ela como “espetáculos da modernidade”, esses eventos, por meio de propagandas da indústria que se constituía no período, veiculavam valores e

ideias segundo desejos de uma classe burguesa em ascensão. Para a pesquisadora, as Exposições eram espaços em que se buscava seduzir os trabalhadores, sugerindo serem eles os principais responsáveis pelo progresso, mascarando as condições reais de acumulação e dominação da burguesia, um instrumento de sedução social (PESAVENTO, 1997).

Já Diana Gonçalves Vidal e Vera Lucia Gaspar da Silva (2013) chamam a atenção para o fato de que a circulação de educadores,⁸ políticos e industriais nesses eventos estimularia o comércio de materiais de ensino em estandes que poderiam ser oficiais ou particulares - os primeiros, patrocinados por governos, e os últimos, por donos de empresas ou colégios particulares. Em trabalho anterior, Vidal discorre sobre esse trânsito de ideias por meio do que Jurgen Schriewer chama de “movimento de externalização dos sistemas educativos” (2009, p. 41), o que auxilia a pensar sobre maneiras pelas quais a modernidade educativa era reinventada a partir de discursos que a associavam à inserção de novos objetos nas escolas.

Também na direção de buscar compreender questões em torno da circulação de saberes, Klaus Dittrich (2013) realizou uma pesquisa que envolve a presença de países como Estados Unidos da América, Alemanha, Japão e França em Exposições Universais na segunda metade do século XIX. No trabalho aqui referido, destaca que em tais eventos e em congressos internacionais “[...] objetos pedagógicos eram apresentados em grande número, de canetas a máquinas de calcular e quadros murais” (DITTRICH, 2013, p. 215). Além disso, reforça a ideia da existência de uma participação de gestores educacionais e especialistas da educação que se interessavam, entre outras questões, em demonstrar os níveis de avanço de suas nações e em aprender com experiências de outros países.

Em nossas pesquisas⁹ também tem sido possível identificar indícios de que, no período oitocentista, ideias presentes nesses eventos apareciam em discursos que circulavam no estado de Santa Catarina. Anúncios e notas presentes em jornais publicados em diferentes cidades catarinenses, ofícios expedidos pela Diretoria de Instrução Pública, assim como *fallas* de presidentes da província têm sido fontes

⁸ Sobre a temática das viagens e circulação de propostas pedagógicas, sugerimos como leitura o livro **Viagens Pedagógicas**, organizado por Ana Chrystina Venancio Mignot e José Gonçalves Gondra (São Paulo: Cortez, 2007).

⁹ Referimo-nos, aqui, à produção de integrantes do Grupo “Objetos da Escola”, sediado na FAED / UDESC que, desde 2004, se dedicam ao tema, grupo ao qual estamos vinculados. Parte das produções está disponível no blog mantido pelo grupo e acessível em: <http://seminarioculturamaterialescolar.blogspot.com/>.

importantes para a localização de argumentos que pretendiam a construção de uma escola pública articulada aos “referenciais” e ideais modernos que provinham de nações consideradas “mais avançadas”. Para nós, a observação da materialidade destacada nesses documentos contribui para as análises acerca de apropriações de projetos em torno da educação primária catarinense, que se articulava, em certa medida, a um determinado modelo de escola legitimado em eventos internacionais.

Levando essas questões em consideração, os investimentos realizados têm possibilitado ampliar o entendimento sobre a escola, compreendendo-a também como um mercado consumidor muito importante a partir de sua expansão e da difusão de um modelo que, aos poucos, passou a ser internacionalmente aceito. De acordo com Schriewer (2000), diversos são os elementos empíricos que levam a entender que os sistemas educacionais modernos, iniciados na Europa dos séculos XVIII e XIX, foram disseminados mundialmente a partir de preocupações e referências aos “exemplos do estrangeiro” e a “experiências do mundo”.

Neste sentido, para compreender elementos envoltos em “modismos educacionais” e que contribuem para as conexões existentes entre inovação pedagógica e inovação material no mercado em que a escola vai se tornando (VIDAL & GASPAR da SILVA, 2013), é importante considerar o papel das Exposições Universais. Estes eventos propagavam a ideia de que a educação seria fundamental para a sociedade moderna que se almejava e contribuíram não apenas para a difusão de um modelo escolar, mas também para lançar e legitimar objetos pedagógicos que incitavam o imaginário de educadores:

Num clima de descontentamento generalizado, expresso em enquetes, documentos oficiais e pareceres, o movimento de renovação pedagógica que começa a despontar na metade do século XIX, tenta investir contra o caráter abstrato e pouco utilitário da instrução, prescrevendo-lhe novo método de ensino, novos materiais, a criação de museus pedagógicos, variação de atividades, excursões pedagógicas, estudo do meio, entre outras. O raio de abrangência desse movimento pode ser avaliado também pelas sucessivas exposições universais, organizadas para a difusão de práticas pedagógicas renovadas, seus materiais e suas aplicações: Londres (1862), Paris (1867), Viena (1873), Filadélfia (1876), que dá origem ao relatório de Buisson, países que se inserem no mesmo modo de produção e de circulação de mercadorias, embora com resultados e competências diversas.

Os materiais didáticos difundidos neste período e nestas exposições compreendem, além de mobiliário escolar, caixas para ensino das cores e das formas, gravuras, coleções, objetos variados de madeira, aros, linhas, papéis, etc., em substituição ao velho livro de texto para

serem memorizados. Mas, a chave para desencadear a pretendida renovação é a adoção de um novo método de ensino: concreto, racional e ativo, denominado *ensino pelo aspecto, lições de coisas* ou *ensino intuitivo* (VALDEMARIN, 2004, p. 104).

Entende-se aqui que a relação de dependência entre os objetos escolares e as ações desenvolvidas nas instituições educativas - presente em relatos de docentes e em prescrições para o ensino - faz parte de um discurso pedagógico que circula e se propaga em manuais, grandes exposições e eventos educacionais e também por meio de uma indústria que se desenvolve e vê no espaço escolar uma possibilidade de auferir lucros. Portanto, identificar artefatos considerados indispensáveis para o ensino auxilia na compreensão de funções atribuídas à escola em diferentes tempos e espaços.

Martin Lawn (2013), ao abordar o contexto da escola inglesa do século XIX, também chama a atenção para as questões relativas à introdução dos objetos no cotidiano escolar. Com apoio nos trabalhos desenvolvidos por Stevens (1995), o autor discorre sobre relações que, por meio de uma alfabetização técnica, os usos dos objetos guardavam com o cotidiano fabril, uma vez que práticas como a observação, o desenho e o controle do tempo possibilitavam “a tradução entre o mundo prático e o abstrato, tão necessária para a melhoria da produção e para uma mão de obra habilidosa” (LAWN, 2013, p. 230).

Considerando o período em foco, identificamos, nas fontes consultadas, que Santa Catarina se alinha a esta espécie de “culto” à modernidade e ao progresso, pautado fortemente pela valorização da ciência. Nesse cenário, atentamos para a expansão industrial que vinha ocorrendo no mundo e para os investimentos realizados com o intuito de que os objetos escolares pudessem ser construídos em grande escala e ocupassem as instituições educativas. Ao analisar as questões referentes à idealização, à fabricação e à comercialização dos objetos, chamamos a atenção para duas questões relativas ao papel que a escola poderia desempenhar: *(i)* a possibilidade de, por meio da introdução e do uso dos artefatos nas salas de aula, seduzir e transformar em potenciais consumidores mesmo aqueles que não poderiam adquiri-los; *(ii)* disseminar e legitimar ideias e condutas em torno de um signo de progresso com o qual os objetos estavam articulados, materializando ideias e projetos pedagógicos.¹⁰

¹⁰ Reflexões desenvolvidas a partir da pesquisa de doutorado de Gustavo Rugoni de Sousa, que investiga uma história do mobiliário escolar no período oitocentista. Este autor defendeu a dissertação intitulada “**Da indústria à escola**: relações da fábrica Móveis CIMO com o mercado escolar (1912-1952), no ano de 2015, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Neste contexto, a promulgação de leis de obrigatoriedade escolar colabora para a percepção de debates que vinham ocorrendo no decorrer do século XIX, no sentido de institucionalizar, por meio de aparatos legais, a escolarização. Com o estabelecimento da obrigatoriedade, o Estado passa a ter um papel fundamental no que diz respeito à regulamentação da escolarização da infância. Vera Lucia Gaspar da Silva e Gizele de Souza (2018) atentam para o surgimento dessas leis que, interligadas ao desenvolvimento de uma indústria capaz de fabricar produtos em grandes quantidades, contribuem para a formação de um mercado atraente e promissor. Para as autoras, a constituição de uma escola compulsória estaria ligada à necessidade de um aparato material específico, o qual deveria seguir uma conduta de ensino adequada, que tinha nos preceitos higienistas e sanitaristas um de seus traços. Recorremos à argumentação de Luciano Mendes de Faria Filho:

O processo de escolarização vincula-se à afirmação e ao fortalecimento dos Estados modernos. No Brasil do oitocentos o processo de escolarização foi um dos elementos centrais na afirmação do Estado Imperial. Dadas as amplas funções atribuídas à instrução no movimento de construção da nação brasileira, sua organização e regulamentação não poderiam ficar senão a cargo do Estado. Diante disso, o que se verifica é uma crescente participação do Estado no campo da instrução elementar (FARIA FILHO, 2009, p. 19).

De acordo com Vera Lucia Gaspar da Silva e Ione Ribeiro Valle (2013), esses debates ocorrem pelo menos desde o começo do século XIX. Segundo dados localizados pelas autoras, a primeira menção à obrigatoriedade escolar no Brasil aparece na Carta Constitucional de 11 de dezembro de 1823. Sustentando seus argumentos em trabalhos de Norbert Elias (2011) e António Nóvoa (2006), observam que os discursos em torno da modernidade e da civilidade colaboram para o reconhecimento da escola como a instituição que seria capaz de preparar as crianças para viver em uma sociedade industrial, urbana, e que tivesse hábitos e condutas higiênicas, cívicas e morais. Santa Catarina buscava aproximação com estes ideais e vemos, na constituição da instrução pública primária, relação com movimentos modernistas e um cenário que se caracterizava por intensos debates sobre a necessidade da escolarização da população. Dentre os grandes temas abordados no período, chamamos a atenção para as discussões em torno de um ideal de civilização e progresso, que tinham como inspiração experiências europeias e estadunidenses. As falas de presidentes da província catarinense, bem como textos localizados em jornais publicados no período, fontes

utilizadas para a elaboração deste artigo, fornecem indícios sobre a circulação de argumentos em defesa de uma educação pública, moderna e obrigatória.

Na edição de 2 de agosto de 1870, do periódico “O Cacique: Jornal Noticioso e Recreativo”, publicado uma vez por semana pela “typographia comercial no Largo do Palacio”, na cidade de Desterro,¹¹ localizada na província de Santa Catharina, é divulgada uma coluna intitulada “Instrução Pública”, na qual o autor (não identificado) faz uma defesa da instrução pública e, para tanto, dirige seu texto à Assembleia, por considerar esse espaço como fundamental para a definição dos rumos da educação catarinense. Ao citar exemplos de civilizações de outras épocas, que ocuparam diferentes regiões da Europa,¹² sustenta a argumentação de que a Assembleia deveria ser o centro das reflexões sobre o tema:

É preciso pois que a lei faça da instrucção convencionada uma obrigação comum, afim de que em um tempo previsto, saber lêr e escrever cesse de ser um privilegio social, e que não saber ler e escrever se torne uma incapacidade physica.

E de vós, Srs. Deputados, é que isso depende.

A instrucção publica devia ser um dos primeiros objetos do vosso cuidado, porque realmente é ella a base unica sobre que se póde consolidar qualquer estado. Um estado cujo pedestal assenta sobre um povo ignorante não pode ser duradouro, mormente se elle for representativo como o nosso¹³ (INSTRUCÇÃO, 1870, p. 2).

Com relação aos dirigentes, chamamos a atenção para “fallas” dos presidentes da província de Santa Catharina dirigidas à Assembleia Legislativa Provincial no período oitocentista. Em diferentes discursos, diversos presidentes consideravam a instrução pública como elemento fundamental ao desenvolvimento econômico e social da província. O teor das palavras presente nos documentos guarda semelhanças com discursos e argumentos defendidos em âmbito internacional, como, por exemplo, nos relatórios de Exposições Universais. Embora reconheçamos singularidades no contexto catarinense, identificamos pontos em comum que corroboram as análises em torno da existência de uma circulação internacional de ideias pedagógicas: a questão da necessidade de formação docente, a importância da definição de um método de ensino

¹¹ A cidade de Desterro passou a adotar o nome de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, a partir de 1894.

¹² Utiliza como exemplo os povos de Atenas e a necessidade de um representante como Solon, de Esparta, e o papel de Licurgo, a liderança de Epaminondas, em Tebas, e de Minos e Radamanto, em Creta.

¹³ Neste texto, optamos por manter a grafia conforme o original dos documentos consultados.

adequado, assim como a centralidade de questões relativas à infraestrutura e ao provimento material dos espaços educativos.

Com relação à materialidade, apesar de a defesa de sua necessidade aparecer nos discursos, quando as fontes trazem dados sobre o provimento das instituições descortina-se um cenário que indica uma realidade defasada, se comparada à do ideal defendido. Em uma das *fallas* dos presidentes da província analisadas, encontra-se, inclusive, uma denúncia com relação a direções de escolas, acusadas de não conhecerem os materiais imprescindíveis ao seu funcionamento. Para fundamentar este argumento, a autoridade afirmava serem poucos os pedidos ou reclamações em torno da materialidade escolar:

As casas onde funcionam as escolas primarias, mesmo as da capital, não offerecem as condições imprescindíveis para tal mister, e o material das mesmas escolas é, no geral, imprestavel. Entretanto, é rarissimo o pedido ou reclamação a tal respeito: o que prova que o pessoal director das escolas nem siquer conhece o que ás mesmas é necessario (SANTA CATHARINA, 1886, p. 60).

Apesar de afirmações como estas, identificamos, nos ofícios expedidos pela Diretoria de Instrução Pública, documentos que expressam respostas a solicitações enviadas por diretores e professores para a compra de artefatos para as escolas, assim como ressarcimento de despesas efetuadas com o objetivo de prover materialmente tais instituições. A localização e a análise destes documentos têm colaborado para aprofundarmos a reflexão e compreendermos vários aspectos sobre a escola primária catarinense do século XIX,¹⁴ pois, além de indicar demandas materiais, nos permitem identificar artefatos solicitados, seja os que já estavam presentes nas escolas, bem como os considerados necessários para que o ensino ocorresse de forma adequada.

Este quadro nos possibilita localizar pontos distintos entre o que era anunciado pelo presidente da província para a Assembleia Provincial e o que era solicitado pelos professores. Confrontadas com o discurso de um dos presidentes de província, as fontes analisadas indicam que não eram “rarísimos” os pedidos ou reclamações, mas que havia grande número de ofícios, requerimentos e orçamentos enviados. Dentre os

¹⁴ As investigações desenvolvidas pelo grupo de pesquisa ao qual estamos vinculados confirmam o entendimento de que discussões e ações relativas à instrução pública vinham ocorrendo desde o governo imperial. Assim como a literatura na área já vem apontando, as “inovações” e “modernidades pedagógicas” não passam a fazer parte dos discursos relacionados à escola apenas no período republicano, mas se fazem presentes em períodos anteriores e, acreditamos, estão relacionadas com a internacionalização das ideias pedagógicas.

materiais requeridos, encontram-se, de forma recorrente, os que se consideravam indispensáveis, como: penas de aço, lousas, lápis para escrever em lousas, tinteiros, régua, areeiros, bancos, mesas, escrivaninhas, dentre outros.¹⁵ O governo respondia às solicitações, mas nem sempre as atendia. Na maior parte das vezes, as solicitações eram atendidas de forma parcial, quando o provedor selecionava alguns entre os utensílios e móveis demandados, sob o argumento de serem itens “indispensáveis para o ensino” e cujo gasto pelos cofres públicos se justificaria.

Entre os itens de materiais necessários ao funcionamento das escolas, apresentamos dados de um pedido:

Precisa-se para fornecimento dos Alumnos pobres que frequentão a aula Pública da Cidade de Laguna

O seguinte:

20 Pedras de Lousa;
10 Livros para leitura;
10 exemplares de letra bastarda para escripta;
10 ditos de dita bastardinho;
10 ditos de dita cursiva;
10 ditos de dita cursivinho;
10 ditos de A.B.C.;
Algumas Taboadas;
Alguns compêndios de Arithmética;
20 Folhetos de Alfabeto.

Cidade da Laguna, 16 de Fevereiro de 1861 - O Professor João Pereira da Motta. – Manoel João Luiz da Silva, Subdirector (SANTA CATHARINA, 1861, p. 122).

Este tipo de informação nos indica que o preceito estabelecido em lei pelo estado, para atendimento aos alunos pobres,¹⁶ era reivindicado, na prática, assim como têm destaque os utensílios de escrita.¹⁷

Ainda que os discursos, seja de governantes, de autoridades do ensino ou de professores defendam uma escola aparelhada do ponto de vista didático, os dados que

¹⁵ As pesquisas realizadas para o desenvolvimento da tese de doutorado de Ana Paula de Souza Kinchescki (PPGE / UDESC), em andamento, têm colaborado com as reflexões sobre os instrumentos de escrita no século XIX.

¹⁶ Entre os trabalhos que tratam do tema, indicamos a leitura de “**A Caixa Escolar na escolarização da infância catarinense (1938-1945)**”, dissertação de autoria de Sélia Ana Zonin (defendida em 2017, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina).

¹⁷ Sobre o tema, sugerimos a leitura do texto “Materiais Utilizados para Ensinar a Ler e Escrever no Brasil: significados e pragmática (1840-1960)”, de autoria de Isabel Cristina Alves da Silva Frade, que integra a coletânea publicada com o título “Livro, Leitura e Leitor: Perspectiva Histórica”, organizada por Samuel Luis Velázquez Castellanos e Cesar Augusto Castro (São Luís: Café & Lápis / EDUFMA, 2016, pp. 421-448).

indicium sobre práticas permitem vislumbrar a centralidade da leitura e da escrita em atividades básicas. Tais materiais eram tão necessários quanto o mobiliário, sem o qual seria difícil caracterizar um ambiente como uma escola e fazê-lo funcionar. Vejamos o excerto abaixo.

Nota de gasto para da indispensabilidade em servisso publico da instrucção primaria na Freguesia S. Pedro Apostolo em Itajahy no Gaspar – que fez Jeronimo Dunski nomeado Professor Publico interino para a aula:

Mez	Dia	Em anno de 1862.	Mil Reis
Maio	31.	7 Taboadas de cedro para dos bancos e classes para a aula à 1.000 ----- -----	7\$000.
Junho	11.	Feitio de 4 classes e dois bancos - paguei para ao carpinteiro – como demonstrão os documentos juntos ---- ----- Pregos para ao mesmo servisso ----- ---- Comprei mais 3 bancos promptos à 1.000	10\$000. 1\$000. 3\$000.
Junho	21.	Huma dúzia de taboas de ardósia para aos alumnos pobres ----- ---	2\$880.
Agosto	4.	Lapes de ardósia ----- --Canetas e pennas para escrever ----- ---- Para ao papel de escrever – gastei por este espaço para aos alunos pobres --- ----	, \$320. 1\$000. 3\$000.
Agosto	11.	Hum documento que acompania do Emo Presidente da Provincia, o qual declara e ordena para aluguel da aula, 5\$000 reis mensaes – o qual aluguel devo receber por espaço de 6 ½ mezes – em soma – que paguei o dito aluguel para ao competente dono da casa em soma maior	32\$500.
		Somma	60\$700.

Sertificamos ser verdade o asima mencionado. – João P. Sr. Juiz de Paz Francisco Bernardo Schramm. Suplente de Subdelegado (SANTA CATHARINA, 1862, p. 129 – reprodução conforme o original).

A leitura e a análise de fontes como estas nos têm permitido realizar reflexões sobre diferentes modos de pensar e de fazer que ajudaram a edificar um projeto de escolarização da infância. A materialidade imaginada, defendida e construída para compor as escolas primárias é portadora de um projeto de modernidade. Nessa direção,

as “fallas” presentes nos documentos consultados trazem indicativos que auxiliam a descortinar aspectos do fazer escolar que são permeados por interesses, discursos e debates em defesa de um determinado modelo de educação. No entanto, nossas pesquisas vêm demonstrando certo distanciamento entre o que se defendia e o que se imaginava para a escola por parte dos governantes e o que efetivamente passava a integrar a materialidade das instituições educativas.

Os objetos solicitados por professores catarinenses para compor salas de aula de escolas públicas primárias no decorrer do período oitocentista, permitem localizar tensões entre discursos em torno da defesa de sua aquisição e argumentos utilizados por parte da Diretoria de Instrução Pública para atendimento ou não de demandas materiais dos docentes. A falta de recursos por parte do Estado era utilizada como argumento para selecionar os objetos “indispensáveis” diante do que já havia sido apresentado como “indispensável para o serviço público da instrução” pelos professores. Nesse contexto, apesar das defesas presentes nos discursos em torno da necessidade de aparatos modernos, higiênicos e adequados para a formação de cidadãos civilizados, verificamos um projeto de escolarização catarinense construído a partir do “mínimo necessário” às práticas escolares. Embora reconheçamos singularidades no contexto de Santa Catarina, identificamos pontos em comum que corroboram as análises em torno da existência de uma circulação internacional de ideias pedagógicas: a questão da necessidade da formação docente, a importância da definição de um método de ensino adequado, assim como a centralidade de questões relativas à infraestrutura e ao provimento material dos espaços educativos.

REFERÊNCIAS

DITTRICH, K. As exposições universais como mídia para a circulação transnacional de saberes sobre o ensino primário na segunda metade do século 19. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 17, n. 41.0, p. 213-234, set./dez. 2013. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/36019>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FARIA FIHO, L. M. de. Os projetos de Brasis e a questão da instrução no nascimento do Império. In: VAGO, T. M.; INÁCIO, M. S.; HAMDAN, J. C.; SANTOS, H. P. dos (orgs.). **Intelectuais e escola pública no Brasil: séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

FRADE, I. C. A. da S. Materiais Utilizados para Ensinar a Ler e Escrever no Brasil: significados e pragmática (1840-1960). In: VELÁZQUEZ, S. L. V. e CASTRO, C. A.

Livro, Leitura e Leitor: Perspectiva Histórica. São Luís: Café & Lápis / EDUFMA, 2016. p. 421-448.

GASPAR da SILVA, V. L.; SOUZA, G.; CASTRO, C. A. (orgs.). **Cultura material escolar em perspectiva histórica:** escritas e possibilidades. Vitória: EDUFES, 2018.

GASPAR da SILVA, V. L.; SOUZA, G. Objetos de utilidade prática para o ensino elementar: museus pedagógicos e escolares em debate. In: GASPAR DA SILVA, V. L.; SOUZA, G.; CASTRO, C. A. (orgs.). **Cultura material escolar em perspectiva histórica:** escritas e possibilidades. Vitória: EDUFES, 2018. p. 119-141.

GASPAR da SILVA, V. L.; VALLE, I. R. Obrigatoriedade escolar em Santa Catarina: da obrigatoriedade pela força à força da obrigatoriedade. In: VIDAL, D. G.; SÁ, E. F. de; GASPAR da SILVA, V. L. (orgs.). **Obrigatoriedade Escolar no Brasil.** Cuiabá: EDUFMT, 2013. p. 303-320.

KUHLMANN JÚNIOR, M. **As grandes festas didáticas:** a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922). Bragança Paulista - SP: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

LAWN, M. Uma pedagogia para o público: o lugar de objetos, observação, produção mecânica e armários-museus. Tradução: David Antonio da Costa; Gustavo Rugoni de Sousa. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 222 – 243, jan./jun., 2013. Disponível em:
<<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723814262013222>>
. Acesso em: 21 abr. 2019.

LEVY BENCOSTTA, M. A noção de cultura material escolar em debate no campo de investigação da História da Educação. In: CASTRO, C. A.; CASTELLANOS, S. L.V. (orgs.). **A escola e seus artefatos culturais.** São Luís: EDUFMA, 2013. p. 21-34.

MIGNOT, A. C. V.; GONDRA, J. G. (orgs.). **Viagens Pedagógicas.** São Paulo: Cortez, 2007.

MOEGLIN, P. **Les industries éducatives.** Paris: Presses Universitaires de France – PUF, 2010.

NÓVOA, A. **La construction du “modele scolaire” dans l’Europe du Sud-Ouest** (Espagne, France, Portugal) Des années 1860 aux années 1920. Thèse de Doctorat d’Histoire. Paris: Université Paris IV – Sorbonne – École Doctorale d’Histoire Moderne et Contemporaine – Centre d’Histoire du XIXe siècle, 2006.

NÓVOA, A.; SCHRIEWER, J. **A difusão mundial da escola:** Alunos, Professores, Currículo, Pedagogia. Lisboa: Educa, 2000.

NUNES, C. História da educação: espaço do desejo. **Em Aberto**, Brasília, n. 47, p. 37-46, jul./set. 1990.

PESAVENTO, S. J. **Exposições Universais:** Espetáculos da Modernidade do Século XIX. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SCARAVELLI, H. **Objetos à Venda**: Índícios da comercialização de materiais escolares em jornais catarinenses (1908-1921). 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis/SC, 2016.

SCHRIEWER, J. Estados-modelo e sociedades de referência: externalização em processos de modernização. In: NÓVOA, A.; SCHRIEWER, J. (orgs.). **A difusão mundial da escola**: Alunos, Professores, Currículo, Pedagogia. Lisboa: Educa, 2000. p. 103-120.

SOUSA, G. R. de. **Da indústria à escola**: relações da fábrica Móveis CIMO com o mercado escolar (1912-1952). 2015. 212 f. Dissertação (Mestrado em Educação – Área: História e Historiografia da Educação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SOUZA, R. F. de. História da Cultura Material Escolar: Um balanço inicial. In: BENCOSTTA, M. L. A. (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p. 163-189.

STEVENS, E. **The Grammar of the Machine**: Technical Literacy and Early Industrial Expansion in the United States. New Haven/London: Yale University Press, 1995.

VALDEMARIN, V. T. **Estudando as Lições de Coisas**: Análise dos Fundamentos Filosóficos do Método de Ensino Intuitivo. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Coleção educação contemporânea).

VIDAL, D. G. A invenção da modernidade educativa: circulação internacional de modelos pedagógicos, sujeitos e objetos no oitocentos. In: CURY, C. E.; MARIANO, S. C. (orgs.). **Múltiplas visões**: cultura histórica no oitocentos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2009. p. 37-54.

VIDAL, D. G.; GASPAR da SILVA, V. L. Por uma história sensorial da escola e da escolarização. In: CASTRO, C. A. (org.). **Cultura material escolar**: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS) – 1870-1925. São Luís: EDUFMA, Café & Lápis, 2. ed., 2013. p. 19-41.

ZONIN, S. A. **A Caixa Escolar na escolarização da infância catarinense (1938-1945)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

Fontes

INSTRUÇÃO publica. **O Cacique**. Desterro, 2 ago. 1870. Instrução Publica, p. 2.

SANTA CATHARINA. **Ofícios Expedidos pela Instrução Pública de Santa Catarina**. 1861. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATHARINA. **Ofícios Expedidos pela Instrução Pública de Santa Catarina**. 1862. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATHARINA. **Relatorio apresentado a Assembleia Legislativa da província de Santa Catharina na 1ª sessão de sua 26ª legislatura pelo presidente dr. Francisco José da Rocha**, Desterro, 21 jul. 1886.